

DE POLÍTICO A HERÓI: ANTÔNIO MARIZ UMA MEMÓRIA VIVA (1937 - 1995)

Francisca Salete de Sousa¹

Família e herança política

Antônio Marques da Silva Mariz é descendente de uma importante família que fez parte da política nacional e, sobretudo, paraibana desde o século XIX. Portanto, corre em suas veias o sangue dessa família que compunha a sociedade da época, é um legado que foi tomado para si com muita eloquência.

Esse legado político deixado pela família corresponde ao tradicionalismo encontrado no aspecto urbano da cidade de Sousa, já que conta com ruas que carregam o sobrenome “Mariz” como, por exemplo, a rua Dr. Silva Mariz (seu avô) e também a rua Dr. José Mariz (seu pai). Também a cidade de Marizópolis, que faz parte da grande Sousa, foi fundada pela família Mariz e, por isso, recebe esse nome em homenagem à família.² Antônio Mariz, também recebe essas homenagens como no “Estádio de futebol Antônio Mariz” na cidade de Sousa, construído na gestão do prefeito Mauro Abrantes (Dr. Marizinho). O auditório do Centro de Treinamento dos Professores na cidade de Sousa, o Ginásio do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, também da cidade de Sousa, recebem o nome de Mariz. Até mesmo a BR 230, através da Lei nº 10.236, de 7 de junho de 2001, sancionada pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, foi denominada “Rodovia Governador Antonio Mariz”, no trecho entre a cidade de Cajazeiras e João Pessoa, no estado da Paraíba.³ O Canal da Redenção, que fica entre as cidades de Coremas/PB e Sousa, e a Ala das Comissões, situada no Anexo II da Câmara dos Deputados, também receberam seu nome como homenagem. Por fim, publicou-se uma obra na série Perfis Parlamentares que reúne os discursos e as proposições de Antônio Mariz.

Alguns projetos foram elaborados por seu companheiro de trajetória política, Inaldo Leitão, que diz:

¹ E-mail: kelly_summer02@hotmail.com

² Fundada pela família do Governador Antonio Mariz, teve o seu nome, antes Pedra Talhada, alterado para Marizópolis, como forma de homenagear a família Mariz. É também conhecida como a Mesopotâmia do Sertão por ser situada entre os Rios do Peixe e Piranhas.

³ Art. 1º Fica denominado "Rodovia Governador Antonio Mariz" o trecho da rodovia federal BR-230, compreendido entre as cidades de Cajazeiras e João Pessoa, no Estado da Paraíba. Art. 2º Esta Lei entra vigor na data de sua publicação. Brasília, 7 de junho de 2001; 180º da Independência e 113ª da República. Fonte: <<http://www.jurisway.org.br/>>. Acesso em: 29/09/2015.

Assumi voluntariamente o compromisso de, enquanto me for possível e vida tiver, manter viva a história do excepcional homem público e eterno líder Antônio Mariz. Na primeira oportunidade que tive, fui autor da lei estadual que deu seu nome ao Canal da Redenção, que vai do açude de Coremas às Várzeas de Sousa, na Paraíba. Também recebeu seu nome a Ala das Comissões, situada no Anexo II da Câmara dos Deputados, projeto igualmente de minha autoria, aprovado com todas as honras e por unanimidade. Fui ainda relator de proposição de autoria do presidente Fernando Henrique Cardoso, denominando de Antônio Mariz a rodovia BR-230, no trecho de João Pessoa a Cajazeiras, aprovada pelas duas Casas do Congresso Nacional (LEITÃO, 2006, p. 11).

Continua:

Pesquisei a obra produzida por Mariz na Câmara e no Senado. Encontrei um acervo riquíssimo. Dirigi uma solicitação ao então presidente da Câmara, deputado João Paulo Cunha, no sentido de incluir a obra de Antônio Mariz na série Perfis Parlamentares, cujo objetivo é o de reunir os discursos e as proposições dos mais destacados parlamentares da Casa (LEITÃO, 2006, p. 11-12).

Essas homenagens feitas aos parentes de Mariz e também a sua pessoa mostram que compartilham do mesmo prestígio, pois o grupo o qual fazem parte é indestrutível. Como argumenta Regina Abreu, ao apresentar como a “nobreza” se imortaliza.

Mas o que, definitivamente, distinguiria a nobreza consistiria na relação peculiar do todo com as partes, ou seja, da nobreza, enquanto grupo social, com cada nobre em particular. Duas metáforas seriam importantes. Uma, a do metal nobre. Tal como o ‘metal nobre’, a nobreza estaria associada a relativa indestrutibilidade. Essa substância impregnaria o grupo de tal modo que, quaisquer que fossem as características particulares que os nobres adquirissem, fosse no tempo, fosse no espaço, o valor do grupo permaneceria estável (ABREU, 1996, p. 58).

Continua:

Outra metáfora seria a da árvore genealógica. A substância distintiva da nobreza circularia pelo todo e também pelos indivíduos, da mesma forma que, numa árvore, a substância que compõe a fruta é a mesma que circula pelos troncos e galhos e folhas. No interior da nobreza não haveria hierarquia. Todos os indivíduos compartilhariam do legado de status do grupo, isto é, dos valores positivos acumulados (mérito, distinção, prestígio). Cada elemento do grupo desfrutaria das glórias dos mais afamados membros. Haveria um sentido peculiar de totalidade, onde a notabilização de um elemento ou de uma família seria extensiva a todos. Assim, a nobreza revelaria especial tenacidade

para a conservação dos laços fundados na tradição (ABREU, 1996, p. 58).

Quem nos ajuda a entender a importância de um sobrenome familiar é a autora Serioja Mariano (2005; 2011), que trata das “redes familiares”. A autora analisa a dinâmica da política paraibana relacionando a atuação das elites regionais e suas conexões. Redes familiares que atuam no poder desde a Província e se perpetuam até hoje são observadas nas alianças de famílias por meio dos laços matrimoniais e de redefinições políticas que se utilizaram de partidos e cargos. A família é uma instituição que vai se transformando nas suas práticas sociais, sendo vista como unidade básica da ordem política. De acordo com a autora, a família é considerada como uma unidade institucional e social baseada em laços de sangue e matrimônio. As alianças entre as elites se efetivavam pelo casamento ou herança, e a riqueza se constituía em um forte fator para a associação.

Uma das estratégias utilizadas para ampliar as redes de poder era a união entre os membros de famílias importantes da elite local. Por sua vez, essa estratégia viabilizava a criação da elite local e viabilizava a criação de partidos. A longa permanência no poder e a participação dessas famílias na administração pública são exemplos das associações familiares das elites que consolidaram os laços de parentesco e passaram a dominar o cenário político nas Câmaras, nos cargos públicos, na Assembleia provincial, entre outras esferas de poder. As associações de famílias são grupos que forma sociedades organizadas em função de alianças de parentesco, com vistas à obtenção e manutenção do poder político e econômico.

Os sobrenomes funcionavam como projeção da honra da família, como pré-requisitos políticos e como sinônimos de *status* social. Os sobrenomes serviam para fixar redes ou ramos de famílias, a exemplo da cidade de Sousa com as famílias Gadelha, Oliveira e Mariz. As redes de parentesco foram uma das principais estratégias utilizadas para permanecer na administração pública. O que se comprova com a presença constante de sobrenomes da mesma linhagem ou até mesmo a junção de famílias das elites locais, ao longo do tempo.

Com base nos escritos de Serioja Mariano (2005; 2011), a atuação dos grupos familiares foi fundamental na montagem do processo de autonomia política do Brasil, quando visto a partir da situação da Paraíba. As estratégias utilizadas protegiam o prestígio e o *status* social das camadas dominantes e estavam condicionadas por fatores

locais adaptados ao contexto político. O sistema político por vezes se confundia com o domínio das famílias na política local, havendo a preocupação se esses grupos familiares estariam servindo ao poder central ou defendendo seus interesses locais.

Sonho interrompido: Antônio Mariz, governador da Paraíba

Em 15 de novembro de 1994, com 781.349 votos, Antônio Marques da Silva Mariz foi eleito e realizou o seu sonho de ser governador da Paraíba. Tomou posse no dia 1º de janeiro de 1995, aos 57 anos de idade, segundo a jornalista Fátima de Araújo (1996), sem festa, sem pompas. A jornalista descreve no livro “Antônio Mariz – A trajetória de um idealista” todos os feitos de sua posse:

O primeiro dia no Palácio da Redenção foi um misto de emoções incontidas, uma pauta enorme de problemas para solucionar e muito trabalho. A fotografia de Antônio Mariz foi afixada nas paredes de todas as repartições estaduais e, nas ruas, o novo governador recebeu o carinho do povo paraibano.

Após a Missa em Ação de Graças, celebrada pelo arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires, ao lado dos padres João Andreola, Fernando Abath e João Cartaxo, o governador Antônio Mariz tomava posse, exatamente às 9 horas e 30 minutos daquele 1º de janeiro, na Assembleia Legislativa (ARAÚJO, 1996, p. 51).

E continua:

Terminada a sessão extraordinária na AL, o governador empossado seguiu, a pé, até o Palácio da Redenção, acompanhado do ex-governador Cícero Lucena, do então vice-governador, José Maranhão, e de secretários do Estado. No palanque armado em frente ao Palácio, onde já se encontravam familiares do governador, amigos e autoridades, discursaram Cícero Lucena, Antônio Mariz e Gilvan Freire, à época presidente do Poder Legislativo (ARAÚJO, 1996, p. 51).

A situação da Paraíba não era uma das melhores no cenário nacional, pois o estado passava por uma forte crise financeira.

Destacaremos algumas propostas política, em seus principais pontos, a partir do que relatam seus amigos, correligionários, admiradores:

Antônio Mariz, ainda que em pouquíssimo tempo, imprimiu a sua marca de governar. Já no discurso de posse deixou clara a opção preferencial pelos pobres. Nessa linha, celebrou uma estreita parceria

com a Igreja Católica, através do arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires. Num gesto político ousado e polêmico, mandou retirar do piso do Palácio da Redenção os mosaicos com desenhos nazistas ali implantados há seis décadas. Determinou ao secretário de Educação e Cultura que elaborasse um arrojado programa de educação pública e que instalasse bibliotecas nos quatro cantos do estado, ou fizesse sua ampliação nos lugares que já existissem. Priorizou os salários dos servidores públicos e centrou grande preocupação na geração de emprego e renda, através do fortalecimento do Projeto Meio de Vida. Acertou com o presidente Fernando Henrique a construção do canal para transposição de águas do sistema Coremas – Mãe d'Água para as várzeas de Sousa. Ordenou ao secretário de Saúde a otimização da rede hospitalar pública, pois não ia admitir que as pessoas humildes não tivessem o mesmo tratamento que os ricos têm nos hospitais particulares (LISBOA, 2006, p. 25).

Depois de eleito e empossado, suas condições de saúde eram críticas. Já havia passado por uma bateria de exames e realizado cirurgia para o tratamento de câncer. Entretanto, com o passar do tempo, a doença se agravou, interrompendo o seu sonho de continuar governando a Paraíba.

A morte do governador Antônio Mariz “causou grande consternação à alma do povo paraibano” (ARAÚJO, 1996, p. 61). Toda a Paraíba chorou e lamentou a morte daquele que, segundo os próprios paraibanos, trouxera esperança ao estado. Observamos em todas as honras voltadas para Mariz, a devoção que se perpetua até hoje através de homenagens e discursos. Essas homenagens estão inseridas num ritual que ao longo dos tempos estava ligado aos mais célebres personagens da história, à construção de memórias imaculadas. Sobre isso, Regina Abreu (1996, p. 67) argumenta:

No campo da memória, os contornos do sujeito são delimitados fundamentalmente a partir das construções póstumas. Máscaras, mortuárias, discursos por ocasião do enterro e biografias são algumas das formas de manter viva a memória do indivíduo. Memória que, diga-se de passagem, é construída item por item.

A sua base aliada e familiar fortaleceu muito bem a sua trajetória de político, como descreve o jornalista Nonato Guedes:

O destino foi cruel e traiçoeiro com o político Antônio Mariz. Um dos quadros mais preparados da geração política recente do Estado, homem de integridade à toda prova e com profunda sensibilidade para as questões sociais e as posições reformistas, Mariz tornou-se um dos poucos homens públicos talhados para realmente assumir o governo e implantar transformações capazes de demolir as estruturas arcaicas do sistema político dominante. Ele se preparou ardentemente para esse desafio e assimilou como poucos, um domínio da realidade de pobreza

e de miséria do povo, além de descortinar soluções que, com certeza, gostaria de ter colocado em prática como a sua contribuição à melhoria do padrão de vida dos deserdados do modelo injusto e concentrador de renda (ARAÚJO, 1996, p. 80-81).

Observa-se na fala do jornalista uma crença total em Mariz, como homem que veio salvar a Paraíba da situação precária em que se encontrava. As biografias traçadas por políticos e simpatizantes que acompanharam Mariz em todos os momentos, pousam numa ilustração de perfeição.

Regina Abreu (1996, p. 67-68) continua:

As homenagens póstumas recriam a pessoa no templo da memória. Algumas pessoas que notabilizaram nos campos da arte, da política ou da ciência contratam em vida escritores de sua preferência para redigir suas biografias. Outras chegaram a organizar um arquivo pessoal induzindo a elaboração de sua posterioridade. Nesses casos, fica evidente o valor crescente que o Ocidente moderno, por intermédio da memória, tem conferido à imortalidade dos sujeitos. O conjunto desses memoriais dos sujeitos é incorporado à história da humanidade, em sua trajetória linear de acumulação das várias histórias individuais.

Com esse argumento da autora Regina Abreu (1996), podemos fazer uma análise dessas homenagens póstumas feitas aos “grandes” políticos que tiveram suas histórias escritas, imortalizando os seus feitos e suas representações para uma nação que tem, por exemplo, a memória de Getúlio Vargas indissociavelmente vinculada à luta da classe trabalhadora; assim como a memória de João Pessoa está indissociavelmente ligada a de um “santo” e “herói”. A junção de toda a fabricação desta engrenagem, no qual o cidadão faz parte significa a “morte em carne e osso e o nascimento do imortal” (ABREU, 1996, p. 69).

Os estudos feitos sobre a vida pessoal e política de Antônio Mariz foram feitos por amigos e contemporâneos. Esses escritos trazem uma história que enfatiza um homem coerente com suas ações e que zelaria pelo bem público. Observamos que os amigos têm uma preocupação em mostrar que a vida de Mariz pertence(u) ao povo. Isso nos faz lembrar a história linear e a exaltação feita a Mariz, que nasceu num campo propício a se tornar um homem público através da própria educação dada pela família.

Essa construção na memória social, construída ao longo dessas décadas, impulsionada por escritores amigos e familiares, pode ser explicada pelos argumentos de José Luciano de Queiroz Aires (2013) quando fala da “memória coletiva, lugares de memória e lugar social”, ao dialogar com autores como Maurice Halbwachs, que

“defende o princípio de que as memórias, mesmo as individuais, são sempre condicionadas pelos grupos sociais aos quais se ligam, física e afetivamente” (HALBWACHS *apud* AIRES, 2013, p. 137).

Vivemos num mundo corrido, onde estamos a todo o tempo surpreendidos por muitos acontecimentos. Com a velocidade que chegam os fatos e a rapidez com que se passam, estamos ameaçados pelos esquecimentos ligeiros dos fatos. Sofremos vários estímulos durante o dia, por isso a ideia criada pelo historiador francês Pierre Nora quando fala de “lugares da memória”. Sobre isso, José Luciano de Queiroz Aires (2013, p. 138) afirma:

Diante dessa ameaça, aparecem os lugares de memória expressando a dimensão da memória, na sua interioridade, e sim, no campo da cultura material. São monumentos, bibliotecas, arquivos, centros de memória, museus, etc., incumbindo-se da representação de uma memória arquivada [...].

As obras pesquisadas que tratam da vida de Antônio Mariz não demonstram vestígios de uma história crítica que problematize as ações do mesmo, mas sim uma história factual baseada na linearidade e na heroicização. Esses trabalhos foram feitos por jornalistas, advogados e políticos que tinham como objetivo narrar a história como “de fato aconteceu” segundo seus pontos de vista. As obras desses autores se assemelham a uma visão historiográfica própria do IHGB/IHGP, que tem como objetivo construir uma História

[...] narrativa, linear, factual, política, biográfica, decorativa, centrada nos ‘heróis’ como sujeitos, concepção essa que, de tanto ser produzida e reproduzida da História e do Ensino de História, formou subjetividades, inclusive no senso comum, do que deveria ser objeto da ciência História (AIRES, 2013, p. 141).

Ainda nas obras feitas sobre a vida de Antônio Mariz, os escritores têm a preocupação de expor todos os documentos escritos que registram a conquista do político: diplomas, relatórios, discursos, sua participação nas decisões políticas nacionais, os depoimentos dos seus correligionários, transformando tudo isso em uma História política tradicional, como aconteceu com outras figuras que registram a forma tradicional de fazer História.

Com isso, a atuação política de Antônio Mariz de prefeito de Sousa a governador da Paraíba é caracterizada como uma “nova era”, com novos sonhos, novas

expectativas, contrapondo as “velhas” administrações. Como cita o deputado federal pelo PMDB (*Partido do Movimento Democrático Brasileiro*) José Aldemir, em homenagem a Antônio Mariz:

Antônio Mariz era a síntese de nobreza, caráter e honradez e, durante a sua vida pública, foi um homem singular que engrandeceu a atividade política e só legou bons exemplos aos pósteros. Mariz foi forjado nas lides estudantis no início da explosiva década de 60, quando iniciou sua vida pública na Prefeitura de Sousa, ao derrotar uma administração marcante que lhe valeu o reconhecimento de toda Paraíba (ARAÚJO, 1996, p. 178-179).

Essa homenagem constrói à política de Mariz a ideia de o “novo” derrotar uma dinastia de “coronéis”. Essa dinastia de “coronéis” seriam as famílias tradicionalistas da época, como a Gadelha e a Oliveira. Continuando a homenagem à Mariz feita por José Aldemir:

Antônio Mariz certamente vai deixar um grande vazio na política brasileira e por isso será sempre lembrado e reverenciado por aqueles que cultuam a honestidade, a ética e a política em nome do bem comum e da moralidade pública [...]. Ele vai continuar vivo na memória dos brasileiros, tanto pela obra que realizou quanto pelas lições que legou. A morte não é o fim, é apenas um movimento, porque a Paraíba continuará sendo governada por aquele que saiu de sua escolha pessoal e que certamente, dará sequência à administração voltada para solucionar os graves impasses econômicos e sociais do Estado (ARAÚJO, 1996, p. 179).

Nessa citação, José Aldemir eleva Mariz a nível nacional quando diz que o mesmo “vai continuar vivo na memória dos brasileiros”. E quando diz que a Paraíba continuará sendo governada por aquele que saiu de sua escolha pessoal, dando sequência à administração, referiu-se ao seu vice-governador, José Maranhão Targino, que assumiria o poder depois de sua morte e que carregaria a missão de continuar solucionando os graves problemas do estado.

O dia 16 de setembro de 1995 foi considerado o “domingo da saudade”, pois às 18h58m morria o governador Antônio Marques da Silva Mariz, deixando a Paraíba em luto. O pronunciamento oficial foi dado pelo secretário Walter Santos. A emissora Tabajara, que já estava de plantão acompanhando as últimas informações sobre o quadro clínico de Mariz, descreveu todos os acontecimentos e se colocou como os “olhos e os ouvidos do povo, registrando com fidelidade o fato histórico” (A UNIÃO, 1995). A rádio Tabajara transmitiu ao vivo todo o cortejo do governador Mariz. Em

conexão com a Tabajara estavam todas as emissoras de rádio do estado da Paraíba. Segundo o livro “O Adeus a Mariz - A Cadeia da Solidariedade” (1995), os telefones não paravam de tocar, todos queriam prestar suas últimas homenagens à Mariz e, como o livro ressalta, “a Paraíba e o Brasil queriam chorar conosco a morte de Mariz” (A UNIÃO, 1996, p. 7).

Como todos esses acontecimentos e homenagens ficaram registrados, os amigos jornalistas e políticos tiveram a ideia de escrever um livro fazendo um apanhado de todos os depoimentos e tributos no último adeus ao governador Antônio Mariz. Nessas narrativas se descreve o passo a passo do velório, o cortejo e o sepultamento do governador: “O velório no Palácio da Redenção e o sepultamento no Cemitério Senhor da Boa Sentença, foram marcantes, pela simplicidade e pela presença popular. Definitivamente Mariz é uma legenda” (A UNIÃO, 1993, p. 7).

Nessa declaração do radialista Petronio Souto, observamos a legitimação do homem popular e a simplicidade que o mesmo tinha, repassando a ideia do quanto era aceito e querido pelo povo paraibano. O radialista reafirmou essa ideia no decorrer do seu depoimento quando diz:

Mariz é para o povo da Paraíba o que o Rei Dom Sebastião é para o povo de Portugal. Dom Sebastião era um rei jovem, culto, justo, corajoso, trabalhador, querido pelo povo. Foi combater os Mouros com as Cruzadas. Morreu e seu corpo jamais foi encontrado. Até hoje os portugueses esperam a volta dele. Mariz é o nosso Sebastião. Morto aguardaremos a sua volta. Eternamente (A UNIÃO, 1995, p. 8).

Ao falar de Mariz morto, o radialista Souto contribui significativamente para a construção de sua figura política como um mito que se foi e que deixa uma lacuna na sociedade paraibana. A referência feita à Mariz como a de um “cavaleiro português” dá ao leitor a conotação de que a sua ausência tem significância de perda irreparável, não só do ponto de vista político, mas também do ponto de vista moral. Revelando uma imagem positiva de Mariz, que não era dada desde sempre, mas construída no percurso de sua trajetória política e no momento de seu desaparecimento (morte).

Depois de sua morte, o mito Antônio Mariz ganhou maiores dimensões. Essa dimensão que ganham os mitos políticos é analisada pelo escritor Raoul Girardet (1987, p. 82): “Quanto mais o mito ganha amplitude, mais se estende por um largo espaço cronológico e se prolonga na memória coletiva, mais se deve esperar, aliás, ver os detalhes biográficos, as características físicas ganhar importância”.

Sendo assim, o mito Antônio Mariz, desde sua morte até os dias de hoje, vem ganhando força na memória social, despertando interesses de muitos estudiosos para escreverem a sua história, privilegiando e cristalizando o seu papel dentro da história política nacional e regional.

Como nasceu o mito Antônio Mariz?

O que se pode perceber dentro da tradicional história política, especialmente no Brasil, é a existência de homens considerados fortes, desbravadores e heróis. Temos como exemplo desse modelo de historiografia, como mártir na história política do Brasil, o presidente Getúlio Vargas que, no decorrer do seu mandato, foi “herói e bandido”, sendo cristalizado como pai dos pobres. Na Paraíba, o próprio João Pessoa entrou para a história como mártir e herói. Como diz o escritor José Luciano de Queiroz Aires (2013, p. 41-42), “Para João Pessoa vivo, criou-se a imagem de um estadista; morto, virou herói, a ponto de o historiador Wellington Aguiar compará-lo ao Hércules da mitologia grega”.

Na cidade de Sousa esse herói mitificado, sem sombra de dúvida, foi o ex-prefeito Antônio Mariz, que derrubou o poder existente na época e implantou uma nova forma de governo e, assim como João Pessoa, “morreu jovem, coberto de glória, cumprindo a profecia anunciada ao nascer” (AIRES, 2013, p. 41).

Em seus discursos, Mariz usava frases de cunho forte para emocionar e fortalecer nas pessoas os seus ideais políticos. Tudo o que foi dito e explicado sobre Antônio Mariz é fruto dos discursos realizados por uma coletividade que exaltava os seus feitos. Essa memória coletiva, ou melhor, dizendo, essa memória social, contribuiu e contribui para a construção imagética de Mariz enquanto agente público e promotor de ações voltadas para o bem-estar social do povo sousense e paraibano. Assim como Getúlio Vargas está para o brasileiro como melhor presidente, Mariz está para Paraíba e para a memória sousense como exemplo de homem público e de postura correta, evidenciando que o discurso e as ideologias propaladas são retratos dessa construção mitificada.

Em um dos trechos do livro “Antônio Mariz - A trajetória de um idealista” da autora Fátima Araújo (1996), nas homenagens feitas depois de sua morte, há um discurso do Jornalista Nelson Coelho que diz:

Justo, honrado e digno: a face franzida da sociedade espelha uma dor. As lágrimas derramadas pela população refletem um sentimento de saudades... Alguém vai embora, deixando um rastro de admiração ligando um exemplo de probidade e projetando, pela senda da história, um cidadão que soube exercitar o bem abominar o mal. Vale testemunho de uma geração fica a imagem de um líder (ARAÚJO, 1996, p. 75).

Depois desse, podemos entender que a imagem fabricada de Mariz foi resultado de discursos que ressaltaram as lutas enfrentadas no decorrer da vida política, que as pessoas passaram a admirar. A esta discussão, podemos incluir as análises de Michel Foucault quando ressalta a força do discurso:

[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1996, p. 08-09).

Dialogando com Michel Foucault, o sujeito só apresenta em seu discurso o que realmente lhe interessa, o mesmo seleciona e organiza a construção de um discurso. Portanto, para elaborar essa imagem que foi construída de Mariz, seus admiradores realizaram a seleção dos melhores acontecimentos. Esse discurso soberano foi de suma importância para a construção dessa memória coletiva ou social do “herói”.

Antônio Mariz surgiu na cidade de Sousa em um momento que as pessoas eram governadas pelos empresários da época, pelos donos das usinas de algodão, a população se via sem opção de um novo governo. O que Mariz propunha em seu discurso era uma mudança de valores, rompendo com as velhas práticas e assim criando uma nova política. O que as pessoas viam diante da figura do líder político era a solução para os problemas sociais da cidade. Os discursos de Antônio Mariz correspondiam aos anseios da população. Como Antônio Mariz entrou muito jovem na política, essa juventude se tornou um símbolo de esperança para os sousenses.

Depois que venceu as eleições de 1963, pelo PTB (*Partido Trabalhista Brasileiro*), Mariz colocou em prática os seus planos de ação. Na época de prefeito, usou alguns mecanismos que o fizeram se tornar pioneiro na política local, com a “valorização do trabalho”, as “prestações de contas”, a “construção de escolas” e a “força do seu discurso”, enfatizando a valorização do trabalhador e o investimento na educação.

Antônio Mariz soube usar muito bem outros recursos que ajudaram na fabricação de sua figura política. Um desses recursos foi a própria mídia, sendo o primeiro político de Sousa a fazer prestação de contas na emissora de rádio, usando essa ferramenta para se promover. Como diz René Rémond (2003, p. 441),

Com mais forte razão, os meios de comunicação não são por natureza realidades propriamente políticas: podem tornar-se políticos em virtude de sua destinação, como se diz dos instrumentos que são transformados em armas.

Como se observa até hoje, a mídia é uma importante arma que pode ajudar ou prejudicar uma pessoa. Quanto à imagem de Antônio Mariz, foi sempre elevada pelos amigos e familiares, ressaltando sempre sua descendência familiar justa, ordeira e religiosa. Mariz exerceu uma carreira profissional tida como exemplar e fiel aos seus princípios, conseguindo incorporar esses recursos nos seus discursos e dando uma forma sólida a sua carreira política.

René Remond (2003) afirma que o político se destaca dentro do governo, por exemplo, em tempos de guerra, de abastecimento dos exércitos, da divisão da escassez, pois cabem ao poder público. Dentro do contexto social e político de Sousa, analisando as propostas do governo de Antônio Mariz e o que realmente colocou em prática, destacam-se atos e benefícios para a população não realizados por governos anteriores.

Essa preocupação pelo lado social e trabalhista que Mariz destacou levou a população carente a admirá-lo, a tê-lo como salvador dos oprimidos. Surge-nos a pergunta: Mariz soube traçar uma boa estratégia política quando se aproximou da cidade de Sousa? Sim, sem dúvida, pois Mariz demonstrava querer estar presente em todos os momentos da vida da população.

O que realmente aconteceu nas disputas políticas entre as alianças políticas da cidade de Sousa na década de 1960 pode ser interpretado como uniões feitas por grupos que não tinham afinidades. Isso quer dizer que os vários grupos representados pelos seus líderes políticos faziam intrigas entre si de modo que cada grupo elevasse o seu próprio representante para poder disputar e excluir o outro candidato. Contudo, surge-nos outra pergunta: como o grupo de Mariz conseguiu utilizar desse ressentimento da população sousense para suscitar diferentes emoções e conseguir o apoio dos cidadãos? Mariz, assegurado desse discurso e desse sentimento, conseguiu o apoio da população que se sentia dominada pela velha ordem.

Dessa forma, o que nos cabe analisar, e até então não foi dito em nenhum outro trabalho de pesquisa sobre a política de Sousa no período em que Antônio Mariz fez parte, é exatamente essas estratégias que a figura de Mariz usou para conquistar as pessoas, como essa imagem é apresentada, ou seja, reconstruir essa história que o transformou num símbolo de herói e mito para a posteridade. Usando esses mecanismos em plena década de 1960, não há dúvida que Mariz se destacou, pois eram atos não vistos antes pela população, feitos que marcaram a vida política e a construção dessa imagem social da população sousense.

Ainda na homenagem feita a Antônio Mariz depois de morto, Nelson Coelho usa palavras de Getúlio Vargas quando diz:

E ele (**Antônio Mariz**) depois de governador, se vai. Sai da vida para entrar na história. Os grandes o recebem como um deles, percebem o valor do seu trabalho, adotam o seu exemplo e o elegem companheiro na tradição e na história, dividindo as honras no altar dos ídolos da terra de André Vidal de Negreiros (ARAÚJO, 1996, p. 76).

Observa-se que o objetivo desses companheiros de trajetória política de Antônio Mariz era compará-lo com os grandes nomes da nação brasileira: o próprio Getúlio Vargas e André Vidal Negreiros, onde Antônio Mariz vem dividir “as honras no altar dos ídolos”, tanto quanto outros homens que morreram em prol de um objetivo e foram comparados a “heróis” de seu povo. Como aqueles que morreram defendendo os seus ideais, Mariz o foi para o povo de Sousa e da Paraíba, como demonstra a fala de Inaldo Leitão:

A solidariedade do humilde, o respeito aos direitos dos trabalhadores, a atenção aos estudantes, a sensibilidade com a saúde dos desamparados e a busca constante por justiça e igualdade sempre estiveram na agenda de Mariz. Diria que ele viveu com a preocupação centrada nesses objetivos e fez deles a razão de seu ingresso na vida pública (LISBOA, 2006, p. 14).

Portanto, depois de morrer como governador da Paraíba, Mariz se eterniza como símbolo maior do estado, como homem correto que proclamava a igualdade. Com toda comoção de amigos, políticos e familiares foram criados lugares de memória, e é nesse lugar que Antônio Mariz é lembrado.

Como discutimos no início, Antônio Mariz, no seu trabalho operacional, e a forma como foi construído diante da população, é comparado aos homens mais altos

dos escalões da política do Brasil. Homens que foram consagrados na história através de discursos, carregando sozinhos os atos mais corajosos de lutas e conquistas. O escritor Raoul Girardet (1987) ao analisar os feitos de homens que entraram na história como heróis, faz a seguinte reflexão:

Toda a questão está, evidentemente, em saber como se opera a passagem do histórico ao mítico, como opera, em outras palavras, esse misterioso processo de heroificação, que resulta na transmutação do real e em sua absorção no imaginário... Tornando-se a interrogação, ali sempre detectável de construção mítica, de certa parcela de manipulação voluntária. Sem chegar ao ponto de evocar as formas contemporâneas, mais sistemáticas e mais maciças, da propagação política, a própria lenda napoleônica permanece, em relação a isso, suficientemente exemplar. Os *Boletins* do Grande Exército, as encomendas da iconografia oficial, a utilização do teatro e da música, por fim o *Testamento de Santa Helena* testemunharam, sem equívoco, um desígnio organizado de fabricação. Os etnólogos nos ensinam: não existe xamamismo sem uma certa encenação, nem feiticeiro que não seja também ator (GIRARDET, 1987, p.71-72).

Essa reflexão que nos traz o autor Girardet (1987) leva-nos a verticalizar a racionalidade que é dada ao historiador em perceber que na fabricação de um personagem existem dois lados: o que é real e o que é fruto do “imaginário”. Existe o lado da “intencionalidade”, o que foi selecionado para ser dito e perpetuado da imagem do político Antônio Mariz, e o lado dos atos espontâneos, ou seja, a base concreta sobre o qual o mito é construído.

Esses feitos marcaram a vida política e a construção dessa imagem social da população sousense. Por sua vez, essa memória social que foi criada de Mariz nos leva a buscar uma análise de como isso se perpetuou através desse monumento: sua antiga casa na cidade de Sousa, herança de familiares, que depois virou a casa oficial quando prefeito da cidade e se transformou em Memorial. A casa onde Mariz morou quando prefeito de Sousa nos ajudou a entender essa memória cravada na sociedade. E uma das pessoas responsáveis por essa preservação foi a sua própria esposa, juntamente com suas duas filhas, amigos e familiares.

O que iremos discutir neste momento é o que fazer com a memória de Antônio Mariz, os discursos, os documentos e a própria casa. Quais significados tudo isso apresenta?

Com todas essas recordações, é como se o passado estivesse sempre presente, apesar de não poder revivê-lo, recuperá-lo. A lembrança de Mariz está sempre presente

no cotidiano da cidade, nas redes de comunicação social, nos discursos políticos. Com esse sentimento de perpetuar essa reminiscência, a sua esposa Mabel, com suas duas filhas e amigos, tiveram a ideia de transformar a antiga casa onde residiram em uma fundação, com isso, foi criada em 1995 a “Fundação Antônio Mariz”, que em 2014 passou a ser o “Memorial Antônio Mariz”.

O “Memorial” não tem apenas um valor material, onde encontramos os móveis, quadros de parede com imagem de seus antecedentes, o próprio quarto como era antes, os objetos pessoais como as roupas, etc. Tem, principalmente, um valor simbólico da continuidade de um grupo familiar que fez parte da elite social e política da Paraíba. Como diz Regina Abreu (1996, p. 34), “Os objetos que compõe um museu estão investidos de uma série de significados simbólicos dos quais emanava o prestígio e o poder de uma série de pessoas”. Essas escolhas de objetos, desses significados, foram fortemente influenciadas pela própria esposa Mabel Dantas, que deu apoio à construção da imagem política do esposo.

Depois de sua morte, amigos e familiares passaram a zelar cada vez mais por sua memória e cultivar essas lembranças para que nunca fossem esquecidas. Até hoje a casa recebe o cuidado da viúva que, ao visitar a cidade de Sousa, vai ao Memorial. Os amigos também zelam a casa e contam toda trajetória política de Mariz, assim como de seus familiares, ressaltando sempre as conquistas árduas.

Apesar de o Memorial ter sido construído na residência de prefeito com a intenção de transparecer a sua vida pública, também abriu espaço para a sua vida privada, como o acesso a seu quarto, à sala de jantar e à cozinha, aos álbuns de fotografia que trazem as recordações da vida de infância e familiar e também das disputas e campanhas políticas, lembranças de sua formação acadêmica como advogado, diplomas e cadernos com anotações: o aspecto físico da casa até hoje continua o mesmo. A casa do ex-prefeito e hoje Memorial tem um significado maior que os próprios objetos, pois isso não é medido pela sua força material, mas sim pelo significado simbólico que apresenta. Tudo o que está exposto em seu memorial tem um valor único, carrega um valor histórico da família que é apreciado por todos os moradores da cidade de Sousa, legitimando essa importância do mito Antônio Mariz e o recolocando em constante evidência.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. **A Fabricação do Imortal: Memória, História e Estratégias de Consagração no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
- AIRES, José Luciano de Queiroz. **A fabricação do mito João Pessoa: batalhas de memórias na Paraíba (1930 – 1945)**. Campina Grande: EDUFCG, 2013.
- ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). **Memória/(res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- ARAÚJO, Fátima. **Antônio Mariz: A trajetória de um idealista**. Paraíba: A União, 1996.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo, Loyola, 1996.
- GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Cia das Letras, 1987
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- LISBOA, Cláudia. **Perfil parlamentar: Antônio Mariz**. Brasília: Câmara dos Deputados Coordenação de Publicações, 2006.
- MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. **Família e Relações de Poder na Capitania da Paraíba: o Governo de Jerônimo de Melo e Castro (1764-1797)**. Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2005.
- _____. Culturas políticas, administração e redes familiares na Paraíba (1825-1840). **Saeculum - Revista de História**, v. 24, João Pessoa, [s.p.], 2011.
- MOURA, Fernando (Org.). **O adeus a Mariz: a cadeia da Solidariedade**. João Pessoa: a União, 1995.
- OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. Paraíba: história e imagem (Uma leitura dos vídeos Parahyba e Para'iwa). **Boletim de Pesquisa Unipê**, v. 01, João Pessoa, p. 89-95, 1998.
- PORDEUS JUNIOR, Augusto Marques. **Antônio Mariz: o mito político na Paraíba (1990-1995)**. Monografia (Graduação) – UFCF/CFP, 2015.
- REMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.